

Aprovado o orçamento de Cr\$ 470 trilhões para 92

Divisão

Depois de oito horas de discussão, a Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem às 5h o Orçamento Geral da União para 1992. Numa tumultuada e exaustiva sessão sem quórum, Governo e oposição se degladiaram até chegarem de madrugada a um acordo onde ambos saíram perdendo. O Governo, apesar do empenho do diretor de Orçamento, José Carlos dos Santos, teve que abrir mão de um dispositivo que lhe permitia enviar no próximo ano um projeto de lei indexando pelo INPC os valores do orçamento que desejasse. A oposição, por sua vez, não conseguiu retirar do projeto do relator-geral Ricardo Fiúza (PFL-PE) as emendas clientelistas nem corrigir as desproporções que levam alguns parlamentares a aprovar bilhões de cruzeiros enquanto outros não conseguem ver acatadas sequer uma emenda. O orçamento do próximo ano ficou em Cr\$ 470 trilhões.

Na comissão o projeto de Fiúza sofreu apenas quatro modificações, impostas pelos partidos de esquerda. Foi retirado o inciso II do parágrafo único do artigo 50, que permitia ao poder Executivo adequar a execução da despesa à entrada de novas receitas; a letra "C" do item 1 do Artigo 60, que permitia ao Governo abrir créditos suplementares valendo-se do excesso de arrecadação; o Artigo 80, que dava ao Governo o poder de remanejar totalmente os recursos de custeio e investimento agropecuário; e o Artigo 160, que permitia a indexação pelo INPC, multiplicado pelo índice 9,244, estabelecido por Fiúza para corrigir a inflação entre abril de 91 e abril de 92.

A sessão da comissão começou com a leitura por Fiúza de seu parecer final, onde o deputado fez várias críticas à forma como o orçamento foi discutido. Fiúza propôs para o próximo ano a fixação de limites para os valores e para a quantidade de emendas por parlamentar, como forma de tornar a discussão mais técnica e menos clientelista. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou as propostas para o próximo ano, mas lamentou que Fiúza não tivesse usado já esses critérios este ano. Fiúza tentou explicar que o acúmulo de emendas com seu nome devia-se a um esforço para corrigir distorções.

Com o risco de que os ânimos exaltados acabassem por fazer cair a sessão, um grupo de deputados subiu para o segundo andar para tentar um acordo. Na sala em cima, os deputados Paulo Hartung (PSDB-ES), Eduardo Jorge (PT-SP), Sérgio Guerra (PSB-PE), José Luís Maia (PDS-PI) e Eraldo Tinoco (PFL-PE) discutiam os destaques. Dividiram as propostas em três grupos. No primeiro grupo, ficaram as emendas "de varejo", aquelas que se dedicam ao atendimento de interesses fisiológicos nas regiões eleitorais de cada parlamentar. No segundo grupo, as emendas institucionais, aquelas

que pediam verbas para programas ou setores do Governo, em áreas como saúde ou ação social. No terceiro grupo, as emendas regionais, as destinadas a obras que interessam a toda uma região, como por exemplo, a hidrelétrica de Xingó, em Alagoas, ou a Linha Vermelha, no Rio de Janeiro.

Ficou acordado que as emendas "de varejo" e as regionais deveriam ser tratadas diretamente por quem propôs com o relator.

O orçamento aprovado ontem diminui em 200 a 300 Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs) que estavam contidos na proposta original do Governo. Fiúza retirou Cr\$ 41 bilhões dos recursos previstos para investimento nos Ciacs, repassando-os para o custeio dessas escolas.